



COGNIÇÃO SOCIAL A PARTIR DA TEORIA DE SITUAÇÕES: EM DIREÇÃO A UMA ABORDAGEM INTEGRADA

DANIEL DE LUCA SILVEIRA DE NORONHA¹

RESUMO: Os principais objetivos do artigo são (i) explorar a flexibilidade e a eficiência na cognição social e (ii) argumentar que esses conceitos estão em uma relação de complementaridade. Uma motivação central do artigo é que o debate contemporâneo neste domínio, que opõe mentalistas e interacionistas, leva-nos a escolher entre duas alternativas igualmente insatisfatórias: privilegiar a flexibilidade em detrimento da eficiência (mentalismo), ou privilegiar a eficiência em detrimento da flexibilidade (interacionismo). Entretanto, flexibilidade e eficiência são *desiderata* imprescindíveis da explicação da cognição social. No que diz respeito à flexibilidade, os agentes são sensíveis ao fato de que diferentes estados mentais podem explicar/causar um mesmo comportamento e, inversamente, diferentes movimentos corporais podem ser explicados/causados por um mesmo estado mental. Entretanto, o problema é que as teorias mentalistas estão comprometidas com uma noção de flexibilidade muito carregada do ponto de vista cognitivo. Com efeito, além de flexível, a compreensão mútua é eficiente: contrariamente ao mentalismo, teorias recentes da cognição social baseadas no paradigma da cognição estendida, como a teoria interacionista, procuram fornecer uma imagem da cognição social que faça justiça à eficiência. Entretanto, o problema aqui é que esse movimento de enfatizar a eficiência pode perder de vista a flexibilidade. Em face disto, o artigo apresenta uma alternativa que leva em conta as relações dinâmicas entre flexibilidade e eficiência. A partir da Teoria de Situações, procura-se mostrar que as capacidades que caracterizam a flexibilidade são parcialmente dependentes do nosso engajamento em episódios comuns de interação, e que, inversamente, as capacidades que caracterizam a eficiência não gerariam a estabilidade das interações sem a relação com capacidades flexíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Cognição social, Flexibilidade, Eficiência, Inferência situada.

ABSTRACT: The main objectives of this paper are (i) to explore the concepts of flexibility and efficiency in the domain of social cognition and (ii) to argue that these concepts are in a complementary relationship. A central motivation for this is the fact that the contemporary debate in this domain, that opposes mentalists and interactionists, leads us to a position where we have to choose between two implausible alternatives: either emphasizing flexibility at the expense of efficiency (the mentalist side), or focusing on efficiency at the expense of flexibility (the interactionist side). However, flexibility and efficiency are both critical *desiderata* of the explanation of social cognition. With regard to flexibility, agents are responsive to the fact that different mental states can explain/cause one and the same behavior, and, inversely, different corporal movements can be explained/caused by one and the same mental state. However, the

¹ Professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: deluca.11@gmail.com.

problem is that mentalist theories are committed to a very cognitively demanding notion of flexibility. As a matter of fact, mutual comprehension is not only flexible, but also efficient. Contrary to the mentalist paradigm, recent theories of social cognition based on the extended cognition paradigm, such as the interactionist theory, aim to provide an image of social cognition that meets the efficiency demands. The problem here, however, is that the emphasis on the efficiency can lose sight of flexibility. In view of this, the paper advances an alternative that takes into account the dynamic relationship between flexibility and efficiency. From Situations Theory, it argues that the capabilities that characterize flexibility are partially dependent on our engagement in ordinary situations of interaction, and, on the other hand, argues that the capabilities that characterize efficiency, which generate the fluent aspect of interactions, would not be stable without the relationship with flexible capabilities.

KEYWORDS: Social Cognition, Flexibility, Efficiency, Situated Inference.

A cognição social envolve, basicamente, a capacidade de interagir com outras pessoas em contextos sociais mediante o reconhecimento dos seus estados mentais. A explicação dessa capacidade cognitiva depara-se com dois aspectos centrais: flexibilidade e eficiência. No que diz respeito à flexibilidade, os agentes são sensíveis ao fato de que diferentes estados mentais podem explicar/causar um mesmo comportamento e, inversamente, diferentes movimentos corporais podem ser explicados/causados por um mesmo estado mental. De acordo com as teorias mentalistas, a flexibilidade é baseada em uma teoria comum da mente (Teoria-teoria), ou baseada nos próprios recursos cognitivos do intérprete (Teoria da Simulação). Entretanto, o problema é que essas teorias estão comprometidas com uma noção de flexibilidade muito carregada do ponto de vista cognitivo. O ponto central é que, além de flexível, a compreensão mútua é eficiente: contrariamente ao mentalismo, teorias recentes da cognição social baseadas no paradigma da cognição estendida, como a teoria interacionista, procuram fornecer uma imagem da cognição social que faça justiça à eficiência. A estratégia é mostrar que, em situações comuns de interação, comportamentos já investidos de mentalidade estão disponíveis à percepção mútua dos agentes. Desse modo, tipicamente, os agentes não precisam recorrer a mecanismos inferenciais para se compreenderem mutuamente. Entretanto, o problema aqui é que esse movimento de enfatizar a eficiência pode perder de vista a flexibilidade. Tal movimento não acomoda a compreensão de alguns estados mentais que não se manifestam diretamente na ação, tais como crenças falsas. Para levar em conta essa compreensão, deve-se considerar algum nível de flexibilidade.

Dado que flexibilidade e eficiência são aspectos centrais da cognição social, o artigo se propõe a explorar apenas *um* modo em que podem estar relacionados. Por certo, não se pretende aqui apresentar uma visão ampla da integração de diferentes capacidades cognitivas. O percurso

argumentativo é tal como se segue: o primeiro tópico tem como objetivo elucidar a tensão entre flexibilidade e eficiência tendo em vista a disputa entre mentalistas e interacionistas. O segundo tópico procura fornecer um diagnóstico dessa tensão, que diz respeito a uma imagem cindida da cognição humana. O terceiro tópico trata da teoria de situações como um pano de fundo no qual diferentes capacidades cognitivas podem ser integradas, de modo a superar o quadro cindido da cognição humana. Por fim, o quarto tópico procura extrair consequências importantes da teoria de situações para a cognição social, a saber, a ideia de que essa teoria pode integrar flexibilidade e eficiência.

1 – A tensão entre flexibilidade e eficiência na cognição social

Para tentar esclarecer a tensão entre flexibilidade e eficiência, vejamos, de início, o seguinte exemplo: Max e Claire se preparam para mais um passeio de caiaque. Como de costume, enquanto Claire busca os coletes salva-vidas, Max vai até o cômodo onde estão guardados o caiaque e os remos. Claire se lembra, contudo, que na noite anterior tirou o caiaque de seu lugar habitual e o colocou na garagem. Ao ser alertado por Claire da mudança, Max muda o seu trajeto e vai até o lugar indicado. Prontos para carregar o caiaque, Claire assume a sua posição habitual, segurando a alça situada na parte da frente; Max assume a alça que fica na parte de atrás. Ao erguerem, juntos, o caiaque, o movimento que cada um faz é imediatamente sensível à presença do outro; por exemplo, Max levanta o caiaque para deixá-lo em uma posição mais ou menos horizontal, dada a altura de Claire. Num dado momento do trajeto até a praia, contudo, uma das alças do caiaque se rompe. Daí em diante, eles assumem diversas posições em torno do caiaque; tentam carregá-lo por baixo, colocam-no sobre os ombros e sugerem, um ao outro, novas posições. Claire sugere a Max que assumam uma determinada posição diante do caiaque e que realize tais e tais movimentos aos quais ela responderá de uma determinada forma. Eles precisam suspender por um momento os ajustes mútuos, até descobrirem um novo modo de coordenar ações para, enfim, levar o caiaque até a praia.

Flexibilidade e eficiência estão presentes nessa situação ordinária de interação. No que diz respeito à flexibilidade, a mudança de trajeto para pegar o caiaque por parte de Max, em atenção à indicação de Claire, bem como os reajustes que se seguiram depois do rompimento da alça mostram que os agentes foram capazes de dar um passo atrás e alterar o curso de uma interação regular, de modo a permitir que a finalidade a que ambos se propuseram pudesse ser realizada. A flexibilidade aqui envolve, basicamente, a capacidade de conceber o outro como

um agente intencional. Sem conceber Max como um ser cujas ações são organizadas a partir de estados mentais, como desejos e crenças, Claire não teria como indicar a Max que, diferentemente da preparação dos passeios anteriores, dessa vez ele deveria buscar o caiaque em outro lugar. Sem essa concepção, Max e Claire também não se engajariam em uma tentativa de buscar, conjuntamente, diferentes meios para realizar o objetivo de levar o caiaque até a praia. Esse tipo de compreensão é flexível porque vai além da capacidade de criar expectativas rígidas de comportamento a partir de determinadas regularidades.

No que diz respeito à eficiência, note-se que Max e Claire estavam habituados a uma situação regular de interação, para a qual havia alguns precedentes. No mais das vezes, eles se ajustaram um ao outro sem precisarem conjecturar, previamente ao curso da interação, acerca do que precisavam fazer. Podemos supor, por exemplo, que a ação de Max de erguer o caiaque para colocá-lo em posição horizontal, tendo em vista a altura de Claire, não foi precedida de um cálculo explícito. Em suma, capacidades eficientes geram ajustes mútuos de baixo custo cognitivo; respondem, portanto, pela fluência das interações.

Esses dois aspectos são constitutivos da cognição social, aqui entendida, basicamente, como a capacidade de compreender e coordenar ações com os outros. Há, contudo, uma tensão entre flexibilidade e eficiência, que se revela no debate contemporâneo entre as teorias da cognição social. O problema é que esse debate, que opõe mentalistas e interacionistas, leva-nos a escolher entre duas alternativas igualmente insatisfatórias: privilegiar a flexibilidade em detrimento da eficiência (Mentalismo) ou, inversamente, enfatizar a eficiência em detrimento da flexibilidade (Interacionismo). Vejamos.

De acordo com as teorias mentalistas, a flexibilidade é baseada em uma teoria comum da mente, também conhecida como Teoria-teoria (GOPNIK, WELLMAN, 1994), ou nos próprios recursos cognitivos do intérprete, denominada Teoria da simulação (GOLDMAN, 2006; HEAL, 1998).² Cada uma das correntes procura explicar a sensibilidade dos agentes ao fato de que diferentes estados mentais podem explicar um mesmo comportamento e, inversamente, diferentes movimentos corporais podem ser explicados por um mesmo estado mental. Tal sensibilidade é de fato um traço crucial da cognição social. O problema é que as teorias mentalistas estão comprometidas com noções muito exigentes do ponto de vista cognitivo. Uma dessas noções é a de inferência. Para a Teoria-teoria a cognição social envolve observar o comportamento do outro e realizar inferências baseadas em uma teoria da mente

² Cumprir notar que existem diferenças entre a Teoria-teoria e a Teoria da Simulação. Tendo em vista o objetivo do artigo, entretanto, passarei ao largo dessas diferenças para colocar um foco em um ponto comum entre essas teorias, a saber, o fato de que a cognição social depende de inferências baseadas em metarrepresentações.

acerca dos estados mentais que poderiam explicá-lo. Já para a Teoria da simulação, as inferências são baseadas nos estados mentais do próprio intérprete que, figurando de modo simulado, poderiam explicar o comportamento alheio. Em que pesem as diferenças, o custo cognitivo presente em ambas as noções de inferência não parece compatível com o caráter fluente das interações sociais. A noção de inferência utilizada aqui, dado que se compromete com a posse de metarrepresentações (representações acerca de outras representações), não faz justiça ao caráter fluente das interações sociais, i.e., às situações de co-presença típicas de cognição social.

Com efeito, nosso exemplo mostra que, além de flexível, a compreensão mútua é eficiente, vale dizer, fluente e de baixo custo cognitivo. Contrariamente ao mentalismo, o interacionismo, teoria recente da cognição social baseada no paradigma da cognição estendida (DE JAEGHER, 2009; FUCHS, DE JAEGHER, 2009; KRUEGER, 2011), procura fornecer uma imagem que faça justiça à eficiência. Basicamente, a cognição estendida afirma que os processos cognitivos não estão confinados dentro dos limites intracranianos, mas emergem de interações dinâmicas entre mente, corpo e ambiente (SHAPIRO, 2007). Partindo disso, o interacionismo argumenta que, em situações ordinárias de interação, em que os agentes compartilham suas atitudes em relação aos objetos, o que se encontra disponível à percepção mútua dos agentes são comportamentos já investidos de mentalidade. Desse modo, nessas situações os agentes não precisam recorrer a outras habilidades cognitivas, além da percepção, para detectarem seus estados mentais recíprocos. Dado que essas capacidades cognitivas de ordem superior parecem sobrecarregar os agentes, elas simplesmente não aderem ao caráter fluente das interações.

Entretanto, o problema aqui é que o movimento de desinflacionar a cognição social, enquanto dependente da relação direta entre estados mentais e os objetos e eventos da situação, não permite explicar as ocasiões não menos ordinárias em que é relevante compreender diferentes perspectivas dos agentes sobre um mesmo objeto. Além disso, tal dependência não deixa claro como os agentes compreendem que seus parceiros de interação podem sustentar crenças falsas, como a crença falsa de Max, que o fez procurar o caiaque no quarto errado. Para essa tarefa os intérpretes devem ser capazes de desconectar os estados mentais dos outros de suas relações mais diretas com o mundo. Em particular, eles devem ser capazes de inibir o que está diretamente disponível à sua percepção, a saber, os objetos da situação aos quais a crença do outro estaria relacionada se fosse verdadeira. Esse problema coloca em risco justamente o aspecto da interação social que o interacionismo procura enfatizar: a eficiência. Ao que parece,

sem essas habilidades teríamos, ao invés disso, interações instáveis. Sem alguma compreensão de que os laços entre mente e mundo podem, de algum modo, romper-se, os agentes não teriam como realizar correções mútuas, reajustarem-se uns aos outros em função de mudanças inesperadas no curso da interação. Para contemplar esse tipo de compreensão, que emerge a partir de modos indiretos de interação, a explicação da cognição social deve considerar algum nível de flexibilidade.

A situação que se nos apresenta é, então, a seguinte: sem as pressões advindas do lado da flexibilidade, há somente expectativas rígidas de comportamento baseadas em regularidades causais. Por outro lado, sem as pressões advindas do lado da eficiência, ocorre uma ideia muito sofisticada de flexibilidade; neste caso, uma ideia desconectada do que é requerido em episódios comuns de interação. Em face dessas demandas, o artigo apresenta uma alternativa que leva em conta as relações dinâmicas entre flexibilidade e eficiência. Procura-se mostrar que as capacidades que caracterizam a flexibilidade são parcialmente dependentes do nosso engajamento em episódios comuns de interação, e que, inversamente, as capacidades que caracterizam a eficiência não gerariam a estabilidade das interações sem a relação com capacidades flexíveis.

2 – O problema da imagem cindida da cognição humana

Temos visto que mentalistas e interacionistas fornecem concepções contrárias sobre os mesmos aspectos da cognição social. No entanto, é possível que exista outro modo de colocar essa discussão, pelo qual podemos ver mentalistas e interacionistas explorando, cada um ao seu modo, diferentes tipos de capacidades cognitivas. Assim, essa abordagem poderia alertar os defensores de um lado e do outro que não haveria propriamente um confronto entre posições, desde que nenhum dos dois lados tivesse a pretensão de fornecer uma análise de todo o espectro da cognição social.

Essa tentativa de neutralizar o debate pode basear-se numa cisão entre capacidades flexíveis e eficientes. A esse respeito, alguns psicólogos cognitivos propõem uma imagem da cognição humana dividida em dois sistemas cognitivos (EVANS, 2010). O chamado sistema 1 opera de maneira automática e rápida, com pouco ou nenhum esforço cognitivo e, no mais das vezes, aquém do controle consciente. Esse sistema é caracterizado como um sistema eficiente e inflexível. Ele é de certo modo insensível às diferentes informações que podem ser extraídas de um mesmo evento. Essa insensibilidade gera um ganho de eficiência. Exemplos típicos são os efeitos de *priming* que podem influenciar nossas respostas, muitas vezes de modo

inconsciente.³ As operações cognitivas ocorrem no nível subpessoal. Já o sistema 2 responde pela realização de tarefas cognitivamente mais custosas como planejamento, cálculos, entre outros. Nesses casos, estão em operação capacidades de alto nível que se colocam abertas ao controle consciente como esforço, determinados tipos de atenção, reflexão, inibição de elementos distratores (*distractors*), entre outros. Aqui a eficiência diminui em detrimento de um ganho de flexibilidade.

Ora, alguém talvez estivesse disposto a enquadrar o debate entre mentalismo e interacionismo nesses moldes da teoria dual da cognição.⁴ Na medida em que o interacionismo dá ênfase ao caráter fluente das interações, e em particular a compreensão de estados mentais que se manifestam diretamente na ação, ele estaria privilegiando o sistema 1. Por certo, muitos psicólogos cognitivos pensam capacidades do tipo 1 como subpessoais e individuais, ou seja, não levam em conta o modo como aspectos externos interferem no processo cognitivo, o que não ocorre com o interacionismo. Em que pese essa restrição, o que pode aproximar interacionistas do enfoque no sistema 1 da cognição humana é que as capacidades aí envolvidas situam-se em grande parte aquém de capacidades do sistema 2, como, entre outras, a capacidade de seguir o olhar, sincronizar movimentos e assim por diante. Um exemplo aqui é a percepção direta de movimentos corporais investidos de mentalidade. Como afirma Kahneman, um agente que observa uma determinada expressão facial não pode senão reconhecer uma expressão de raiva ou de alegria (2011: 27-28). Já os proponentes do mentalismo enfatizam prioritariamente o sistema 2 da cognição social. Eles dão ênfase a metarrepresentações e a habilidades inferenciais sofisticadas. Essa abordagem privilegia a flexibilidade em detrimento da eficiência, que aqui envolve um esforço cognitivo para teorizar ou de simular acerca de outras mentes.

Se esses dois sistemas estivessem isolados, veríamos uma divisão de trabalho entre mentalistas e interacionistas, cada um dos lados explorando domínios muito diferentes da cognição social. Mas não parece ser isso que ocorre. Há muitas evidências que mostram haver conexões intrínsecas entre os sistemas (JEFFERIS, FAZIO, 2008). Tais evidências deveriam nos colocar na direção de uma imagem mais integrada da cognição social, i.e., uma imagem que procura integrar algumas das diferentes capacidades exploradas por cada uma das correntes teóricas. Podemos compreender essas conexões rastreando de que modo o sistema 2 pode influenciar ou modular o sistema 1 (efeitos *top-down*) e, inversamente, como o sistema 1

³ Os chamados efeitos de *priming* (*priming effect*) são aspectos ou estímulos que influenciam nossos processos cognitivos, como tomadas de decisões, de modo inconsciente. Sobre isso, ver Kahneman (2011:66-77).

⁴ Alguns trabalhos em cognição social que exploram essa cisão são Bohl e Van den Bos (2012) e Gangopadhyay e Schilbach (2011).

informa o sistema 2 (efeitos *bottom-up*). Antes de entrar no domínio da cognição social, vejamos algumas evidências dessa dupla relação no domínio da atenção perceptual. As pesquisas realizadas por Jonides e Yantis (1990) mostram como efeitos *top-down* podem modular a captura automática de *primes*. Através de um conjunto de experimentos, Jonides e Yantis testaram a hipótese da automaticidade da atenção visual. É sabido que se os agentes estão em um modo de atenção difusa, determinados elementos que aparecem abruptamente no campo visual capturam imediatamente a atenção. O ponto, no entanto, foi verificar se o fato de se instruir o agente a fixar a atenção em determinados aspectos poderia bloquear o desvio da atenção para tais elementos que apareceriam abruptamente no campo visual, nesse caso, elementos irrelevantes (*distractors*) ao cumprimento da tarefa. Um exemplo simples disso é procurar um rosto conhecido em uma multidão. Jonides e Yantis mostraram que no caso em que os agentes têm uma tarefa a cumprir, a modulação *top-down* no sistema 1 diminui a influência desses elementos de distração, por exemplo, atrasando o tempo de detecção desses elementos. Por outro lado, ocorre uma influência *bottom-up* na medida em que a detecção rápida de *affordances*⁵ informa o sistema 2 na execução da tarefa. Por exemplo, a captura rápida e eficiente de *affordances* gera *feedbacks* que podem ser utilizados de forma flexível.

Aqui é importante notar que o modo como os agentes estão influenciados por *primes* depende da situação em que se encontram. A detecção de diferentes *affordances* em relação a um mesmo objeto depende das demandas ou dos objetivos que um agente pretende atingir. Dependendo da tarefa que vamos realizar nossa atenção é focada em uma ou outra *affordance* de um mesmo objeto; considere-se a diferença entre carregar e abrir uma mala. Ou seja, o objetivo que um organismo pretende atingir pode modular a percepção de *affordances*; inversamente, a percepção de *affordances* gera *feedbacks* que podem alterar as estratégias que modulam o sistema cognitivo de maneira *top-down*. Enfim, a informação capturada de maneira eficiente pelo sistema 1 pode ser mobilizada e utilizada de maneira flexível pelo sistema 2. A ideia chave é que a informação acessível rapidamente nem sempre tem um efeito *by default*, por exemplo, uma reação imediata, mas sim pode ser utilizada num domínio inferencial.

Vejamos de que modo esses casos de integração entre diferentes capacidades podem repercutir na cognição social. Lembremos que, com o objetivo de enfatizar o caráter flexível da cognição social, o mentalismo recorre a capacidades cognitivas superiores. Uma motivação importante para esse movimento é o fato de que a estrita percepção subdetermina os estados

⁵ “Affordances”, do verbo to afford, é uma expressão cunhada por Jerome Gibson (1979) que diz respeito aos aspectos dos objetos diretamente ligados às capacidades de ação dos sujeitos, permitindo ou impossibilitando determinadas ações.

mentais pelos quais um agente pode compreender o comportamento. Por certo, o que se encontra disponível à percepção do intérprete não é um mero fenômeno físico, mas sim um comportamento intencional ou, de forma mais neutra, um movimento dotado de direcionalidade. Entretanto, nem todos os estados mentais de agentes em interação se manifestam diretamente no comportamento. Ademais, ao longo do curso da interação, muitas vezes os agentes devem levar em conta diferentes modos de coordenar ações. Ou seja, sem levar em conta capacidades flexíveis, não compreenderíamos plenamente a sensibilidade a outras mentes mesmo em interações ordinárias, justamente o que o interacionismo pretende explicar. Essas considerações devem, portanto, ser levadas em conta pelas análises que enfatizam a eficiência e a fluência das interações, como a análise interacionista.

Por outro lado, com o objetivo de resgatar a eficiência da cognição social, o interacionismo explora as situações de co-presença. A motivação é que, tipicamente, em situações de interação não somos meros observadores externos do comportamento do outro; antes, estamos em uma situação em que os objetos e eventos relevantes são compartilhados. E muitas das capacidades que nos permitem engajar em uma experiência compartilhada são mais básicas do que capacidades inferenciais. Portanto, não precisamos nos engajar em um ato explícito de interpretação de outra mente a ponto de colocar em risco o fluir da interação. Essa consideração deve exercer uma pressão importante nas análises que procuram enfatizar a flexibilidade. Isto é, o que quer que se afirme acerca de capacidades extra-perceptuais na cognição social, isso não deve colocar em risco a fluência das interações.

Desse modo, podemos dizer que, tomados de maneira isolada, nenhum dos dois níveis é satisfatório para caracterizar aspectos cruciais da cognição social em humanos. Sem os constrangimentos advindos de capacidades relacionadas à participação em situações compartilhadas, ficamos com uma imagem muito sofisticada da cognição social, desconectada dessas situações. Nesse caso, para compreender os outros, os agentes teriam que se engajar em um processo explícito de leitura de mente, quer seja se valendo de uma teoria da mente, quer pelo recurso à simulação. Por outro lado, sem os constrangimentos de capacidades cognitivas extra-perceptuais ficamos com uma imagem empobrecida ou instável acerca da coordenação de ações, vale dizer, uma imagem que não contempla capacidades de reorganização em função de mudanças no curso da interação.

Temos, portanto, boas razões para investigar as relações entre o sistema 1 e o sistema 2, em particular, entre capacidades flexíveis e eficientes da cognição social. Parece razoável buscar uma via média, que leva em conta tanto aspectos abordados pelo mentalismo quanto aspectos abordados pelo interacionismo. Para isso, precisamos em primeiro lugar de uma

compreensão da cognição humana que permite integrar flexibilidade e eficiência. Meu objetivo no próximo tópico é situar a cognição a partir do marco teórico da Teoria de Situações. Esse movimento é o primeiro passo na tentativa de tornar visíveis as relações entre flexibilidade e eficiência.

3 – Cognição Situada e Teoria de Situações

De acordo com o paradigma da cognição estendida, no qual se baseia o interacionismo, os processos cognitivos devem ser concebidos como produtos emergentes de uma relação dinâmica entre fatores neuronais, corporais e do ambiente. Essa é uma forma de situar a cognição: dado o engajamento do agente no ambiente, podemos observar capacidades cognitivas operando em um modo *on-line*. Entretanto, o resultado da aplicação desse modelo teórico na cognição social resulta, como também vimos, em uma dificuldade de acomodar capacidades flexíveis, por exemplo, capacidades que permitem uma sensibilidade à desconexão entre outras mentes e mundo. Esse problema requer a busca de uma forma de situar a cognição que possa preservar tais capacidades. Podemos encontrar esses elementos na Teoria de situações proposta por J. Barwise e J. Perry, cujos aspectos relevantes para os nossos propósitos serão expostos abaixo.

Um ponto importante afirmado pelos teóricos de situações, que de certo modo os aproxima da teoria da cognição estendida, é que as atividades cognitivas são realizadas por agentes situados. Situações são porções limitadas do mundo, constituídas por objetos, eventos, propriedades e relações. Tais situações carregam um conjunto de informações que se abre para a exploração, de diversas maneiras, aos agentes. O ponto de vista do agente fixa ou delimita uma situação. Sua localização espacial pode fixar uma origem e um conjunto de eixos a partir dos quais ele identifica objetos, propriedades e relações. Pares de eixos, como por exemplo, atrás/frente, direita/esquerda, acima/abaixo, fixados a partir do ponto ocupado pelo agente, permitem identificar objetos de maneira egocêntrica. Tal identificação, ou a informação que se extrai dessa identificação, coloca-se a serviço do comportamento do agente: grosso modo, ao identificar objetos, relações ou propriedades como *affordances* em uma situação, o agente toma-os como pontos de referência para estabelecer distâncias, para ajustar-se de diferentes maneiras aos objetos, corrigir e escolher movimentos apropriados para manipulá-los.

É muito importante notar que, apesar de os agentes estarem sempre em uma determinada situação, não estão de maneira alguma nela confinados. Uma ação que se inscreve num curso temporal desdobra situações e, para atingir os fins pretendidos, o agente deve estar preparado

para lidar com situações futuras. Ele deve estar preparado para situações não ocorrentes, portanto, capaz de criar expectativas ou de antecipar eventos. Em muitos casos, ele também precisa manter o rastro de situações passadas nas quais a mesma ação se desenrolou. Em suma, o agente deve saber transitar entre diferentes situações.

Vejamos um exemplo básico acerca do que significa ir além da situação ocorrente. Considere-se que para realizar uma ação que se inscreve num curso temporal, o agente deve ser capaz de detectar *uniformidades* entre situações. No que tange sua repercussão para a *ação*, considere a capacidade de reconhecer ou identificar o mesmo objeto ou as mesmas *affordances* em diferentes situações. Por exemplo, o agente deve ser capaz de reconhecer em um vidro com tampa de rosca as mesmas oportunidades de manipulá-lo a despeito das diversas situações em que pode se deparar com esse tipo de objeto.⁶ Com efeito, a descoberta de uma determinada *affordance* perderia muito do seu valor prático para um agente se ele não a reconhecesse como a mesma *affordance* em outras situações. Para ser capaz de detectar os mesmos objetos ou *affordances* em situações diferentes, é suficiente que o agente tenha uma sensibilidade ou esteja ajustado a constrangimentos (*constraints*) de uniformidade.⁷ Um agente não precisa ter um conhecimento proposicional acerca do constrangimento ele mesmo, i.e., ele não precisa associar ou compor pensamentos acerca da ideia de uniformidade.

O caso acima mostra uma maneira simples de transitar por diferentes situações. Vejamos agora um caso mais complexo. Considere-se um agente que extrai informação implícita da situação em que se encontra, i.e., uma informação indisponível perceptualmente. Por exemplo, ao perceber os ponteiros do marcador de gasolina no painel do seu carro, o agente extrai informação sobre o nível do tanque. Nesse caso, o agente em uma determinada situação extrai informação acerca de outra situação à qual não está perceptualmente conectado. Teóricos de situações explicam esse ponto afirmando que situações carregam informações sobre outras situações. Em que pese a maior complexidade, a extração de informação entre situações também depende de constrangimentos aos quais o agente é, de algum modo, sensível. Mais uma vez, para ser sensível a constrangimentos não é necessário que o agente tenha conhecimento proposicional acerca disso. Essa sensibilidade repercute, antes, no comportamento do agente.

⁶ Evidentemente, há ajustes ainda mais finos dos quais o agente não tem consciência e que variam bastante conforme as particularidades do objeto. Mas não é esse grau de especificidade que está em tela aqui, mas sim o grau de *affordance*, por assim dizer, que pode ser detectado pela atenção perceptual consciente do agente. Sobre diferentes níveis de *affordances*, ver Milner e Goodale (1999).

⁷ Na concepção de Barwise e Perry, constrangimentos estabelecem relações entre situações, portanto, permitem a fluência da informação. Sobre diferentes tipos de constrangimentos, ver, Barwise e Perry (1994: 97-100)

A sensibilidade a determinados constrangimentos gera um conjunto de comportamentos pertinentes que de outro modo não surgiriam.

Por certo, diferentes agentes são capazes de extrair diferentes informações a partir da mesma situação, tendo em vista diferentes necessidades e objetivos ligados ao modo de vida de cada um. Um pintor e um alpinista podem olhar para uma mesma montanha, mas extraem diferentes informações acerca dela tendo em vista diferenças entre os seus objetivos. Olhando para a montanha, um pintor pode extrair formas às quais um alpinista é insensível; por outro lado, o alpinista extrai *affordances* que lhe permitem escalar a montanha às quais o pintor é insensível. Essas diferentes informações extraídas de um mesmo evento geram diferentes ações. Numa variação de um exemplo proposto por Barwise, ao se deparar com uma árvore em uma floresta, um agente pode extrair informação sobre a idade da árvore, o outro agente sobre o tipo de madeira, e ainda um terceiro agente sobre a fauna local. Tanto nesse exemplo quanto no exemplo do pintor e do alpinista, os agentes estão ajustados a diferentes constrangimentos.

Até aqui temos a capacidade de extrair informações entre situações a partir de um ajuste a determinados constrangimentos. O aspecto descarregado dessa extração de informação se deixa notar pelo fato de essa capacidade não depender da posse da linguagem; teóricos de situações como Barwise (1989), afirmam que a teoria da linguagem supõe uma teoria da informação. Por outro lado, dado que nem toda informação que uma situação carrega está disponível para a percepção, alguma capacidade inferencial deve aderir ao *framework* da Teoria de situações. Esse é um ponto em que a abordagem de situações começa a se distanciar de versões mais fortes da cognição estendida. O ponto chave é que nem todo conhecimento para a ação, mesmo levando em conta uma ação que se desenvolve aqui e agora, é direto ou não-inferencial. A questão que se coloca é qual noção de inferência que pode ser compatível com a cognição situada.

A noção de inferência em tela é a chamada inferência situada. Em primeiro lugar, a posse dessa habilidade inferencial não é dependente de um domínio de regras de inferência, mas sim da habilidade de extrair informações a partir de situações. A ideia de inferência situada está menos ligada à relação entre sentenças que preservam a verdade do que extração de informação que permite os ajustes dos agentes no mundo. A partir desse enfoque, inferências válidas são também aquelas que, ao estabelecer elos numa cadeia informacional, culminam no sucesso do ajuste dos agentes no ambiente. Num exemplo dado por Barwise, um agente pode inferir o frio que sentirá ao sair do escritório, observando os trajés das pessoas que andam na rua. Essa inferência suporta a ação do agente de levar um casaco e um chapéu. Trata-se,

portanto, de uma noção que depende de um ajuste a situações, ou a constrangimentos, e que permite extrair informações entre situações.⁸

Em segundo lugar, não se trata de uma noção que comprometeria agentes comuns com a posse de algum princípio de generalidade, a saber, com a capacidade de extrair um conjunto ilimitado de informações a partir de uma dada situação. Por certo, agentes comuns não são capazes de extrair toda a informação que uma situação carrega. Note-se uma restrição de domínio importante aqui: que um agente consiga extrair informações a partir de determinados constrangimentos, não se segue que ele consiga extrair a partir de outros constrangimentos, mesmo que tais constrangimentos estejam, de algum modo, relacionados. Vamos imaginar um lenhador que, ao observar vários anéis no tronco de uma árvore, infere sua condição longeva, portanto, alguma facilidade de ser cortada. Isso não o faz imediatamente sensível a um constrangimento mais refinado que especifica de maneira precisa a proporção entre os anéis do tronco e a idade da árvore. Essa restrição de ajuste que opera sobre constrangimentos repercute também na relação dos agentes com situações: o conjunto de situações pelo qual o agente transita em suas operações cognitivas é igualmente limitado.

As considerações acima podem nos colocar na direção de domesticar a ideia de flexibilidade, i.e., de pensá-la como uma noção menos carregada do ponto de vista cognitivo. Dado que parte do que permite a um agente extrair informação de uma situação é o seu ajuste a determinados constrangimentos, podemos ver que a noção de flexibilidade está ligada a capacidades mais básicas. A capacidade inferencial é dependente, por exemplo, da capacidade eficiente de um agente focar sua atenção perceptual a determinados aspectos da situação que podem levá-lo a outras informações. E, de maneira inversa, a informação a que se chega mediante um processo inferencial é parte do que orienta o comportamento do agente. Portanto, essa informação modula capacidades mais básicas como percepção e movimento corporal.

A noção mais fraca de flexibilidade que é de algum modo dependente de capacidades mais básicas fornece a ocasião de não cairmos em uma dicotomia problemática entre ajustes rígidos ou inflexíveis ao mundo, por um lado, e um grau elevadíssimo de flexibilidade para além de qualquer situação, por outro. No que se segue, veremos diferentes formas de ajustes flexíveis no mundo e suas repercussões para a cognição social.

⁸ “Inference is an activity that attempts to use facts about the world to extract additional information, information implicit in the facts.” (Barwise, 1989:39)

4 - Repercussões para a cognição social

De início, lembremos o argumento da Teoria de situações de que os estados mentais dos agentes comumente estão diretamente ancorados, de diversos modos, numa determinada situação no mundo. Podemos dizer que estados mentais são, eles mesmos, situações e que estão ancorados a outras situações, às quais estão dirigidos. Essa ancoragem permite que o fluir da informação entre mente e mundo ocorra de dois modos: tanto situações mentais podem carregar informações sobre situações ocorrentes, quanto situações ocorrentes podem carregar informações acerca da situação mental de um agente.

Vejamos um exemplo que evidencia essa dupla relação: enquanto um agente se move por uma mesa, ele percebe outras partes dela que não percebia em um momento anterior. Note-se que houve uma mudança não somente a respeito de sua localização espacial: ocorreu uma mudança no conteúdo do seu estado mental. Em primeiro lugar, a mudança na percepção implicou uma mudança na cena percebida, ou no que se pode perceber a partir de uma determinada perspectiva. Esse é um caso em que uma mudança no estado mental carrega a informação sobre uma mudança de uma cena ou parte de uma situação. Trata-se de um conteúdo que o agente deve de algum modo acessar quando precisa recuar, agir de outro modo e buscar novos ajustes no mundo.

Em segundo lugar, note-se também que uma mudança de perspectiva e, portanto, da cena que se percebe, carrega informações acerca do estado mental dos agentes. Essa é a direção relevante para a cognição social. Outro agente na mesma situação pode recorrer à cena para inferir os estados mentais do agente em questão. Aqui o intérprete dotado de cognição social recorre a situações, ou partes relevantes de situações, para extrair informação acerca de outras situações, aqui de situações mentais. Situações podem, então, ser utilizadas para se extrair informação acerca do que se passa na mente dos outros.

Essa é uma contribuição central da teoria de situações para esclarecer o modo comum pelo qual os agentes acessam outras mentes. Na cognição social, os agentes muitas vezes acessam estados mentais de maneira indireta, i.e., a partir de situações que contêm pessoas, objetos, propriedades e relações (BARWISE e PERRY, 1994, pp 224-230). Os agentes exploram os objetos de uma situação e extraem ou inferem informações acerca da situação mental dos outros. Vale a pena expor o exemplo esclarecedor utilizado por Barwise e Perry. Considere-se um jogo de xadrez. Temos uma situação em que há duas pessoas, um tabuleiro e as peças entre elas. Essa situação carrega três tipos de informação: ela contém informação acerca de situações passadas, não só sobre movimentos anteriores que resultaram na

conformação ocorrente das peças, mas também e notadamente acerca das intenções de cada um dos oponentes. Ademais, informação acerca da situação presente, dado que determinada jogada carrega informações acerca das intenções ocorrentes dos agentes. Por último, informação acerca de situações futuras. Uma determinada jogada pode revelar a intenção futura de abrir um determinado flanco do tabuleiro. A esse respeito, Barwise e Perry comentam o seguinte:

Se houver um mate para as brancas em dois movimentos, pode-se ter uma boa ideia acerca dos planos e dos estados mentais dos dois jogadores. A situação física bem ali no tabuleiro pode ser usada para que sejam obtidos vários aspectos das situações cognitivas dos dois jogadores – ela pode ser usada para representar seus estados mentais e emocionais.⁹ (1994, p. 227, tradução nossa)

Pelo fato desse exemplo ser marcado por regras, talvez ele não esclareça o suficiente sobre o acesso a outras mentes a partir de situações. Mas podemos pensar em casos mais simples, como situações de ação conjunta, que envolvem objetivos comuns. No interior de um episódio de ação conjunta, agentes podem extrair informação acerca da mente dos outros, do que já foi e do que deve ser feito para a realização desses objetivos, a partir da percepção de determinados objetos da situação.¹⁰

Desse modo, para que os agentes consigam extrair informação acerca da mente dos outros a partir de situações, é suficiente que eles estejam ajustados aos constrangimentos da cognição social. Isso significa que eles não precisam possuir metarrepresentações direcionadas à relação representacional ela mesma. No domínio da cognição social, essa relação representacional envolve: (i) outro estado mental, (ii) o objeto representado por esse estado mental e (iii) o modo como esse objeto é representado. Nas análises mentalistas, a compreensão explícita desses *relata* permite ao sujeito formar um conjunto potencialmente ilimitado de pensamentos sobre os estados mentais dos outros. No entanto, já sabemos dos problemas ligados a essa posição.

Ora, tendo em vista as considerações acima, pode ficar claro que os agentes não precisam representar a relação representacional ela mesma para acessar seus estados mentais recíprocos. Basta que eles estejam ajustados aos constrangimentos dessa relação. Considere-se a sensibilidade não somente ao que o outro vê, mas também ao modo como o objeto se mostra da perspectiva ou posição espacial do agente; bem como os estados mentais que podem ocorrer a partir desse ponto de vista. Os agentes podem ser sensíveis a esses aspectos e coordenarem

⁹ If there is a mate for white in two moves, one can have a pretty good idea of the plans and mental states of the two players. The physical situation right there on the board can be used to get at various aspects of the cognitive situations of the two players – it can be used to represent their mental and emotional situations (1994, p. 227).

¹⁰ Um desenvolvimento nessa direção pode ser encontrado nas *affordances* sociais. Sobre isso, ver, Rietveld (2012).

ações de maneira pertinente a essa sensibilidade sem terem metarrepresentações ou qualquer compreensão explícita acerca disso.

Um experimento muito interessante relacionado à cognição social pode ser explicado nesses moldes. Trata-se de um experimento realizado por Csibra et al. (2003) com crianças em fase pré-linguística. Na experiência, o ator está sentado em frente a uma mesa, no centro da qual há uma placa que acende ao ser tocada. Há duas variações desse cenário: na primeira, o ator está com as mãos amarradas e toca a placa com a cabeça. A maior parte das crianças, convidadas a imitar a ação do adulto, toca a placa com as mãos. Na segunda variação, o ator está com as mãos livres e, mesmo assim, toca a placa com a cabeça: nesse caso, contudo, as crianças tocam a placa com a cabeça. Uma interpretação razoável desse experimento afirma que, no primeiro caso, a criança é sensível a intenção “tocar a placa”; já, no segundo caso, é sensível a intenção “tocar a placa com a cabeça”. As crianças inferiram diferentes intenções, i.e., diferentes estados mentais a partir de um ajuste a diferentes situações ocorrentes. Diferentes informações extraídas desse processo inferencial geraram diferentes maneiras pelas quais a criança procurou coordenar ações com o adulto. A maneira pela a qual a criança reage ao comportamento do adulto é, portanto, sensível ao que ela rastreia acerca da mente do outro.

Mas é importante notar o seguinte: o fato de os agentes estarem ajustados aos *relata* metarrepresentacionais, ao menos no que esse ajuste repercute na coordenação de ações, depende do engajamento deles em situações de co-presença. Tal ajuste envolve outros tantos ajustes, digamos assim, mais básicos. Para que o ajuste a metarrepresentações possa gerar interações flexíveis, os agentes devem ser capazes de seguir o olhar, sincronizar movimentos, detectar aspectos compartilhados e assim por diante. É justamente porque estão situados em co-presença que eles conseguem realizar inferências sem um alto custo cognitivo acerca dos estados mentais dos outros. A informação que se extrai desse processo inferencial é mobilizada na realização de novos ajustes mútuos.

Em suma, temos aqui uma a imagem da cognição social em que as capacidades ligadas aos conceitos de flexibilidade e eficiência na cognição social estão reciprocamente relacionadas. Nossa abordagem parece atender às demandas de flexibilidade sem prescindir de um conceito de eficiência que importa para a cognição social. Para acomodar a flexibilidade, leva em conta um acesso indireto e inferencial a outras mentes que, deste modo, pode atender a demanda de compreensão de estados mentais que não se revelam imediatamente na ação, como os casos de intenções prévias e crenças falsas. Para acomodar a eficiência, leva em conta

o aspecto descarregado do ajuste a situações de co-presença e a maneira como esse fato interfere na realização de inferências.

Em suma, tendo em vista a teoria de situações, podemos pensar que capacidades flexíveis como a realização de inferências não são comprometidas com sobrecarga cognitiva. E isso se deve ao fato de que os agentes não são meros observadores, mas estão ajustados a uma situação de co-presença. Capacidades flexíveis são, portanto, dependentes do engajamento dos agentes nessas situações. Por outro lado, o que se extrai do processo inferencial se coloca para a realização de novos ajustes. A flexibilidade responde parcialmente pelo caráter estável das interações. Capacidades eficientes são, portanto, dependentes de capacidades flexíveis.

Conclusão

Vimos que a tentativa de se compreender a cognição social em humanos requer contemplar dois *desiderata* centrais, quais sejam a flexibilidade e a eficiência. Para isso, nem o mentalismo, nem o interacionismo, tomados isoladamente, permitem articular esses *desiderata*. Ao mentalismo cabe o mérito de enfatizar as capacidades inferenciais que geram a flexibilidade; ao interacionismo, por sua vez, cabe o mérito de enfatizar o caráter fluente da cognição social apontando para as situações de co-presença que lhe correspondem. Diante disso, cabe pensar em modos de articular esses dois *desiderata* a partir de um quadro integrado da cognição social. Procurei mostrar que a teoria de situações pode fornecer uma ocasião para relacionarmos esses dois conceitos. Nessa teoria, particularmente no conceito de inferência situada, podemos acomodar tanto modos indiretos de cognição social (flexibilidade), quanto ajustes que resultam diretamente da percepção do comportamento do outro (eficiência).

Podemos ver, então, que um problema comum ao mentalismo e ao interacionismo é não considerar a possibilidade de um agente ir além da situação ocorrente sem a posse explícita de metarepresentações. O mentalismo prescinde do papel de situações na cognição social e se compromete com um alto nível de flexibilidade que envolve metarepresentações. O interacionismo, ao se limitar a situações ocorrentes, não acomoda a flexibilidade ainda que seja um nível suficiente para gerar o caráter estável de situações ordinárias de interação. Como temos visto, no entanto, é possível pensar uma flexibilidade coerente com essas situações. Esse nível é fundamental para esclarecer o tipo de interação que ocorre entre humanos.

Enfim, esses são os elementos que nos colocam na direção de uma posição intermediária, tal que permite reduzir a tensão entre flexibilidade e eficiência na cognição social. Numa palavra, podemos afirmar que coordenamos ações para acessar outras mentes e,

inversamente, acessamos outras mentes para coordenar ações. Essa mesma ideia pode ser colocada nos seguintes termos: flexibilidade e eficiência estão reciprocamente relacionadas e atravessam situações típicas de cognição social em humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARWISE, J. *The Situation in Logic*. Stanford: CSLI, 1989.
- BARWISE, J.; PERRY, J. *Situations and Attitudes*. Stanford: CSLI, 1994.
- BOHL, V.; VAN DEN BOS, W. "Toward an integrative account of social cognition: marrying theory of mind and interactionism to study the interplay of Type 1 and Type 2 processes". *Frontiers in Human Neuroscience*. San Francisco, Vol 6, Outubro, 2012, pp. 1-15.
- CSIBRA, G; GERGELY, G. "Sylvia's recipe: The role of imitation and pedagogy in the transmission of cultural knowledge". In. *Roots of Human Sociality: Culture, Cognition, and Human Interaction*. Oxford: Berg Publishers, 2003, pp. 229-259.
- DE JAEGHER, H. "Social understanding through direct perception? Yes, by interacting". In. *Consciousness and Cognition*, Vol. 18, No 2, Junho, 2009, pp. 535-542.
- EVANS J. "Spot the difference: distinguishing between two kinds of processing". In. *Mind & Society*, Vol 11, No 1, Junho, 2010, pp. 121-131.
- FUCHS, T; DE JAEGHER. "Enactive intersubjectivity: Participatory sense-making and mutual incorporation". In. *Phenomenology and Cognitive Science*, Vol. 8, Julho, 2009, pp. 465-484.
- GANGOPADHYAY, N.; SCHILBACH, L. "Seeing Minds: a neurophilosophical investigation of the role of perception-action coupling in social perception". In. *Social Neuroscience*, Vol 7, No 4, Julho, 2011, pp. 410-423.
- GIBSON, J.J. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Houghton-Mifflin. Boston, 1979.
- GOLDMAN, A. *Simulating minds: The philosophy, psychology, and neuroscience of mindreading*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- GOPNIK, A.; WELLMAN, H. "Theory-Theory". In. *Mapping the mind: Domain Specificity in Cognition and Culture*. Cambridge University Press, 1994.
- HEAL, J. "Understanding Other Minds from the Inside." In. *Mind, Reason and Imagination*. Cambridge University Press. Cambridge, 1998, pp. 28-45.
- JEFFERIS, V.; FAZIO, R. "The use of construct accessibility as information to guide behavior". In. *Journal of Experimental Social Psychology*, Vol 44, No 4, Maio, 2008, pp. 1144-1150.
- JONIDES, J.; YANTIS, S. "Abrupt visual Onsets and Selective Attention: Voluntary Versus Automatic Allocation". In. *Journal of Experimental Psychology*. Vol. 16, N.1., Setembro, 1990, pp. 121-134.
- KAHNEMAN, D. *Rápido e Devagar: Duas formas de pensar*. São Paulo: Objetiva, 2011.
- KRUEGER, J. "Seeing mind in action". In. *Phenomenology and Cognitive Science*, Vol. 11, Setembro, 2011, pp. 149-173.

MILNER, A; GOODALE, M. *The visual brain in action*. Oxford: Oxford Psychology Series, 1999.

RIETVELD, E. "Bodily Intentionality and Social Affordances in Context". In. *Consciousness in Interaction. The role of the natural and social context in shaping consciousness*. Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2012, pp.207-226.

SHAPIRO, L. *Embodied Cognition*. Londres: New Problems of Philosophy, 2007.